



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

Aviso de Privacidade

Em razão do dever de transparência e em cumprimento à [Resolução Nº 281/CNMP, de 13 de dezembro de 2023](#) e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD ([Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#)), o Ministério Público Federal disponibiliza informações sobre as hipóteses em que, na execução de suas competências e no cumprimento das atribuições legais, é realizado o tratamento de dados pessoais.

No *Portal do MPF* >> *Serviços* >> *LGPD* >> *Políticas* encontra-se o Aviso de Privacidade geral, aqui serão disponibilizadas informações acerca do serviço:

Admitir servidores

Qual é a fundamentação legal para a execução desse serviço?

Lei nº 8.112/90 (Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais), Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei nº 13.316/16 (Plano de carreira servidores MPU), Instrução Normativa TCU 87/20 (Dispõe sobre a forma de recebimento de cópia da declaração a que alude o art. 1º, *caput*, da Lei 8.730/93), Lei nº 8.730/93 (Estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e dá outras providências), Resolução 177/17 (Proíbe a designação de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral), Lei 9.250/95 (Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências), Portaria nº 98/17 (Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União), Instrução Normativa TCU 78/18 (Envio, processamento e a tramitação de informações acerca de atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão).

Na execução do serviço, quais são os dados pessoais tratados?

Comuns

Agência Bancária, Cargo, Carteira de Trabalho, Celular, CEP, Certidão Cível Estadual/Distrital, Certidão Cível Federal, Certidão Criminal da Justiça Militar, Certidão de casamento, Certidão de nascimento, Certidão de Quitação Eleitoral, Certidão de união estável, Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual/Distrital, Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal, Certidão Negativa do Conselho Profissional, Certidão Negativa Eleitoral da Justiça Eleitoral, Certificado de escolaridade, Certificado militar, CNH, Cidade, Comprovante de exercício de atividade jurídica, Conta bancária, CPF, Currículo Vitae, Data de casamento, Data de nascimento, Declaração de bens e renda, Declaração previdenciária, Diploma, E-mail pessoal, Endereço residencial, Estado, Estado Civil, Filiação, Formação profissional, Grau de formação, Histórico escolar, Local de nascimento, Matrícula, Nacionalidade, Naturalidade, Nome, Nome de solteira do cônjuge ou companheira, Nome do cônjuge ou companheiro (a), Nome dos filhos, Número carteira de reservista, Número de filhos, PIS/PASEP, RG, Sexo, Telefone residencial, Título de eleitor, Vínculos empregatícios



PROTEÇÃO DE
DADOS PESSOAIS



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**

Sensíveis

Atestado médico, Fator RH, Gênero, Laudo médico, Nome social, Raça/etnia, Tipo sanguíneo

Se o tratamento envolve dados pessoais de crianças e adolescentes, como ele é realizado?

Não se aplica.

Como os dados pessoais são coletados?

Fornecidos pelo titular dos dados ao acessar os canais oficiais do MPF (virtual ou presencial) e compartilhamento com outros sistemas ou bases de dados (API, XML etc.).

Qual ou quais são as finalidades do tratamento?

Admitir (posse e exercício) servidores nomeados para o Ministério Público Federal.

Em que consiste o tratamento de dados pessoais para o serviço acima informado?

Coleta, Retenção, Processamento, Compartilhamento, Eliminação/Guarda.

De acordo com a LGPD, qual é a base legal que autoriza o tratamento dos dados pessoais?

Cumprimento de obrigação legal (arts. 7º, II e 11, II, a)

Os dados pessoais são compartilhados com outras instituições?

Sim, com o Governo Federal, o Tribunal de Contas da União e com a solução de correio eletrônico em nuvem contratada. Por utilizar solução de terceiros, os dados pessoais são tratados com as devidas proteções previstas no Termo de Contrato nº 58/2022.

Os dados pessoais são transferidos internacionalmente?

Os dados tratados pelo serviço de correio eletrônico podem ser distribuídos geograficamente em centros de dados localizados em outros países, por questão de disponibilidade, conforme consta do documento "Onde o Google armazena meus dados?" disponível em <https://support.google.com/googlecloud/answer/6056650#zippy=%2Ccan-google-store-personal-data-only-in-the-eu-region%2Cdoes-the-gdpr-require-storage-of-personal-data-in-the-eu%2Cwhere-does-google-store-my-data>. o compromisso da empresa de conformidade com a General Data Protection Regulation (GDPR) consta do documento "Can you provide a contractual commitment that you'll comply with the GDPR?", disponível em https://support.google.com/a/answer/60762?hl=en-uk&hlrm=en-uk&hlrm=en&answer=2716936&ref_topic=7558840#zippy=.

Por quanto tempo o Ministério Público Federal trata os dados pessoais?

A guarda e a eliminação de dados seguem o disposto nos Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos da atividade administrativa (Portaria PGR/MPF nº 860, de 20/9/2018), a Política de Gestão do Patrimônio Documental (Portaria PGR/MPF nº 119, de 5/4/2010) e os Instrumentos Arquivísticos de Gestão Documental da atividade finalística do Ministério Público Federal (Portaria PGR/MPF nº 184, de 21/3/2016). Desse modo, os dados pessoais serão guardados por tempo determinado e poderão ser eliminados após esse prazo, ou classificados como de guarda permanente, conforme previsão na legislação arquivística.

Os dados pessoais estão em segurança?



**PROTEÇÃO DE
DADOS PESSOAIS**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

No Ministério Público Federal são adotadas boas práticas de governança em segurança da informação visando orientar comportamentos adequados e mitigar os riscos de comprometimento dos dados pessoais tratados nas atividades do Órgão, mediante o uso de ferramentas de tecnologia da informação aderentes por padrão e desde a concepção.

Em caso de violação de dados pessoais e sendo o risco relevante, o Ministério Público Federal irá notificar a Unidade Especial de Proteção de Dados Pessoais do Conselho Nacional do Ministério Público - UEPDAP/CNMP e os titulares dos dados pessoais com a brevidade exigida ao caso. Para comunicar eventual violação de dados pessoais porventura tratados pelo Ministério Público Federal, envie um e-mail para os seguintes endereços: abuse@mpf.mp.br ou csirt@mpf.mp.br.

A fim de reforçar todas as medidas adotadas pela Instituição, recomenda-se que, ao se cadastrar:

- Use uma senha forte que seja exclusiva para sua conta no MPF;
- Nunca compartilhe sua senha com ninguém;
- Faça logout quando não estiver mais usando o serviço; e
- Tenha cuidado com dispositivos de uso compartilhado.

Esse serviço coleta cookies?

Cookies são arquivos salvos no computador, tablet ou telefone quando se visita um site. Usamos os cookies necessários para fazer o site funcionar da melhor forma possível e aprimorar os nossos serviços. Quer saber mais, consulte nossa política de cookies, acesse: <https://www.mpf.mp.br/servicos/lgpd/politicas/privacidade/politica-de-cookies>.

Quais são os direitos dos titulares de dados pessoais e como posso exercê-los?

Para saber quais são os seus direitos e exercê-los, acesse o [Formulário de solicitação](#).

Como entrar em contato?

A sede do Ministério Público Federal está localizada na Procuradoria-Geral da República, em Brasília. Além da PGR, o Ministério Público Federal conta com unidades administrativas em todos os estados da Federação e em alguns municípios. Para saber a localização, acesse o [Portal da Transparência do MPF](#).

Para informações relativas ao tratamento de dados pessoais no âmbito do MPF, entre em contato com o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal, por meio dos seguintes canais: e-mail: pgr-updp@mpf.mp.br - Telefone: (61) 3105-6250.

Para mais informações acesse a página [LGPD e o MPF - Lei Geral de Proteção de Dados](#).

Este Aviso é original e foi elaborado/revisado em: 02/12/2025.



PROTEÇÃO DE
DADOS PESSOAIS